

António de Oliveira

D. FILIPE III

Temas & Debates

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1 — Cresce, menino felicíssimo	25
1. Oferecido a Deus	25
2. Os primeiros anos	38
3. Casar em criança	43
4. Olivares, gentil-homem do príncipe	48
Capítulo 2 — Com uma mão na cruz e outra num missal aberto	56
1. Duas pessoas e um só corpo	56
2. Uma união sacramentada	61
3. O juramento do rei e do príncipe de Portugal	66
4. A doença do regresso	70
Capítulo 3 — As sombras de um império onde o Sol se não esconde	74
1. Um rei-planeta	74
2. Em busca de reputação	76
3. A reformação	81
4. A recusa das periferias	84
5. Grandes sombras	88
Capítulo 4 — O despacho real da Torre Dourada	91
1. Aprender a mandar	91
2. Uma doença perigosa	106
3. As lições da história	108
4. Sem poder levantar voo	115
5. Despachos régios	116
Capítulo 5 — Os amores reais	123
1. Duas rainhas	123

2. Fazer amor por um reino	130
3. Enamorado da mulher	138
4. Filhos que bastem	141
5. O sabor do pecado	146
6. Um amor de princesa	151
Capítulo 6 — Sobre todas, a muito amada	162
1. Em cavalo branco, como se fosse um cisne	162
2. Sombras do Alcácer	167
3. Espaços de liberdade	177
4. Uma memória de amor	188
5. Mãe e rainha	200
6. A lua governadora	208
7. Uma estrela chamada flor-de-lis	224
8. Um novo luar	229
Capítulo 7 — Os infantes e o príncipe	237
1. A caminho de Hungria	237
2. De irmãos a amigos	242
3. Cuidados de infanta	250
4. Alegria universal	255
5. Aprender a ser rei	264
6. A morte do príncipe Baltasar Carlos	267
7. Os novos príncipes	272
Capítulo 8 — Recreação e entretenimento	277
1. Em viagem pelo Sul	277
2. Um novo retiro	282
3. O pêndulo das estações	288
4. À espera do lobo matreiro	296
5. Touros e canas	302
6. «Eles não tratam de outra coisa»	306
7. Viver em teatro	312
8. Uma nova juventude	320
9. Uma dimensão religiosa	326
Capítulo 9 — Contra a nossa vontade	334
1. Um espectáculo da fé	334
2. O pecado e a ira de Deus	340
3. A resignação régia	342
4. O peso de cada face	344

5. Ano maravilhoso	347
6. «Eu irei, ainda que seja a pé»	350
7. «Igualar os ricos com os pobres»	353
8. Em vez do rei de Portugal	361
8.1 Entrada em Lisboa	361
8.2 Alojamento no Palácio da Ribeira	366
8.3 Sem manha nem prudência	370
9. «O melhor reino que havia em Espanha»	373
10. Deus não quer a reconquista	375
Capítulo 10 — O fio da vida cortado	383
1. A doença	383
2. Bem morrer	389
3. O enterro	392
3.1. O panteão	395
3.2. A entrada no templo	396
4. As honras fúnebres	400
5. A herança	408
A modo de conclusão	412
1. Letras para um epitáfio	412
ANEXOS	415
Equivalências e abreviaturas	417
Cronologia	418
Genealogias	421
Bibliografia	427

Introdução

1. D. Filipe III foi um rei corporalmente ausente. Como rei, nunca esteve em Portugal. A ausência foi preenchida por governadores do reino ou vice-reis, para além dos meios simbólicos da realeza. A cerimónia da ausência, no entanto, não era suficiente para certificar a existência de uma verdadeira corte em Lisboa. Só Madrid era corte, defendia Alonso Núñez de Castro pelos meados do século XVII, precisamente porque só em Madrid residia o rei, de modo continuado desde 1606, e aqui estava sediado o governo da monarquia. Sede, igualmente, do governo de Castela e de todos os reinos da monarquia hispânica, incluindo Portugal, até ao primeiro de Dezembro de 1640, data em que Portugal se separou de Castela, inaugurando uma nova dinastia, a da casa de Bragança. A história de Filipe III, como rei de Portugal visto do lado de Espanha, prolonga-se, no entanto, para além desta data.

Em 1605, a capital da monarquia hispânica estava em Valhadolid, para onde havia sido trasladada poucos anos antes. Aqui nasceu, em 8 de Abril deste ano, o futuro rei D. Filipe III de Portugal, IV de Espanha. Prometido em casamento em 1612, casaram-no em 1615 com uma filha de Henrique IV de França, já falecido, de nome Isabel. Só para os finais de 1620 os esposos tiveram autorização para consumir o casamento. Pouco antes (1619) haviam estado em Lisboa, onde o príncipe foi jurado como sucessor do pai no reino de Portugal, o que vem a ocorrer em 31 de Março de 1621, pelo falecimento, nesta data, de Filipe II.

Filipe III foi rei de Portugal entre 1621 e 1640. Como monarca de Espanha, porém, o reinado de Filipe IV foi bem mais longo. Entre 1621 e finais de 1642 decorre o primeiro período do seu longo reinado, bem conhecido e estudado em virtude da figura do conde-duque de Olivares, que dominou, até então, a política da monarquia. A sua queda (Janeiro de 1643), precedida, dentro da Península Ibérica, dos levantamentos de Catalunha e Portugal (1640), marca bem o início de um outro período do governo de Filipe IV, o da sobrevivência da monarquia, uma vez fracassado o ideário de Olivares.

De 1643 em diante, com efeito, nada vai ser igual. Se ao longo do primeiro período o rei Filipe IV teve oportunidade de aprender a governar, embora não

tenha conseguido impor uma acção militar conduzida pessoalmente, vai agora ter maiores oportunidades aparentes de, finalmente, prescindir de «uma sombra da sua imagem», de uma privança. Mas nem por si, nem pelos conselheiros que forçosamente continuava a ouvir, nem mesmo pelo novo privado, conseguiu fazer melhor, em nome da reputação de Espanha, dado que a hegemonia do poder na Europa foi-lhe disputada, perdendo. Não tendo, no devido tempo, reorientado a política de guerra, o governo viu-se forçado a encaminhar-se para o estabelecimento da paz possível, da menos prejudicial aos seus interesses, chegando a vez a Portugal em 1668, pouco depois de Filipe IV falecer (1665). Portugal era independente, de facto, desde o primeiro de Dezembro de 1640. Mas só no primeiro de Julho de 1685 foi oficialmente ordenado que se retirasse do escudo de Espanha as armas de Portugal.

Em 1644, morreu a primeira mulher, a rainha Isabel de Borbom. Filipe IV volta a casar em 1649, agora com uma jovem sobrinha, Mariana de Áustria. Das duas esposas teve doze filhos nados-vivos. Ao tempo da morte restava apenas um varão, para além de duas filhas, casadas no estrangeiro. O príncipe, de nome Carlos, muito débil, herda o trono e morre sem ter filhos, pelo que a dinastia dos Áustrias se extingue em Espanha, iniciando-se a dos Borbons (Filipe V), com tronco na descendência da filha que havia casado com Luís XIV, rei de França.

Ao longo do reinado, Filipe IV mostrou-se um rei culto, incentivando as artes e o teatro, dentro de um espaço lúdico de corte, para além dos estudos históricos, de que ele próprio era afeiçoado. A educação em moldes novos das elites políticas esteve também nas suas preocupações.

As apreciações sobre Filipe IV, tanto as do seu tempo como as de hoje, costumam distinguir duas facetas, a privada e a pública, a do homem, a do maior nobre, e a do rei. Sobre a primeira sempre recaiu uma apreciação positiva, desde quando jovem rei, com quase dezasseis anos, visto como de «estatura mais que mediana, temperamento algo sanguíneo, rosto adornado de formosura, cabelo ruivo prateado, fronte larga e senhoril, olhos azuis e despertos, olhar brando e aprazível, a voz sonora e agradável e, enfim, um todo tão igual e correspondente à sua fortuna»¹. Aparências físicas, sem ainda provas dadas de governo no ano imediato, de «tenra idade, que quase não teve tempo para mostrar sua inclinação, nem a grandeza do seu espírito»². Imagens, no entanto, que se traduzem, nas apreciações políticas de alguns anos depois, como «justo sem crueldade, majestoso sem soberba, inimigo de proceder mal»³. Figurações suaves a que se hão-de somar, numa síntese actual, «o andar a cavalo, correr lanças, tornear, jogar

¹ CÉSPEDES, 1631, p. 73.

² CÉSPEDES, 1631, p. 127.

³ MALVEZZI, 1968.

armas, desenhar, compor música e tanger nos anos moços»¹. Mas o rei não tem vida privada, dado que toda ela é pública desde que ascende ao trono. Por isso mesmo também não tem biografia. Mas tem história o seu reinado, havendo-se preocupado com a imagem do reino e da sua pessoa a transmitir aos vindouros.

2. Alguns anos antes de morrer, Filipe IV determinou, em 1661, que fosse realizada uma história do reinado, para reputação pessoal e reconhecimento dos direitos de Espanha, a cargo de Francisco Ramos del Manzano, a qual, no entanto, não chegou a efectuar². Foram produzidas, no entanto, outras publicações, sem faltar, naturalmente, as que especificamente tinham por objecto cada um dos reinos, existindo em alguns deles cronistas oficiais. As acções militares em curso deveriam ser historiadas, como, por exemplo, foi incumbido a D. Francisco Manuel de Melo a propósito da guerra de Catalunha³. Uma censura apertada vigiava, no entanto, a escrita dos sucessos contemporâneos⁴, o que poderá explicar que em Portugal «os guardiães da história» (Carasa) se tivessem fixado nos tempos mais recuados, o que lhes permitia, em boa verdade, historiar ou inventar processos autonómicos ou simplesmente diferenciadores. Em Castela, um dos mais pormenorizados relatos contemporâneos, o de Matías Novoa (1579-1652?), embora «valioso pela experiência e reflexões» do autor⁵, só foi publicado no século XIX⁶.

Uma das primeiras histórias gerais das Espanhas, referente aos anos iniciais do reinado (até 1626), ficou a dever-se a Céspedes de Meneses. As histórias nacionais datam de certo momento do século XIX⁷, mas no exilado de Lisboa, onde se encontrava então o mecenas de Céspedes, o duque de Nájara y Maqueda, capitão-general do reino de Portugal, depara-se-nos um historiador das Espanhas, onde Portugal está bem assinalado historiograficamente. Um outro historiador dos primeiros anos do reinado de Filipe IV foi Virgílio Malvezzi, nascido em Bolonha em 1595⁸.

Em Céspedes, Malvezzi e Novoa podem colher-se imagens contemporâneas branqueadas de Filipe IV, acima apresentadas. Mas, na *História de Portugal Restaurado*, o terceiro conde da Ericeira, D. Luís de Meneses (1632-1690), colhe e

¹ VILLANUEVA, 1986, p. 24.

² STRADLING, 1989, p. 61.

³ MELO, 1996.

⁴ OLIVEIRA, 2002, pp. 159 e ss.

⁵ CEPEDA ADÁN, 1996, pp. 778-779.

⁶ NOVOA, 1876-1886.

⁷ CARASA, 2003, p. 9. De 1592 data a primeira edição, em latim, da *Historia General de España*, do padre Juan de Mariana (1536-1624). Vai da origem aos Reis Católicos, a que depois acrescentou um «sumário do que aconteceu em diante», o qual termina em 1621 (CEPEDA ADÁN, 1996, p. 725).

⁸ SHAW, em MALVEZZI, 1968.